



PONTO A PONTO

• GOVERNABILIDADE

44% dos brasileiros aprovam o governo do presidente Lula (PT), ante 43% registrados na pesquisa anterior, enquanto a desaprovção recuou de 51% para 50%. Na avaliação qualitativa, 32% classificam a gestão como "ótima" ou "boa", 38% como "ruim" ou "péssima" e 28% como "regular". Outros 2% não souberam ou preferiram não responder, segundo pesquisa da Ipsos-Ipec.

• INDÚSTRIA

A mão de obra em empresas industriais chegou a 8,7 milhões de pessoas em 2024. As 358,4 mil empresas industriais ativas geraram R\$ 6,8 trilhões em receita líquida de vendas e pagaram R\$ 481,1 bilhões em salários e remunerações, segundo a PIA (Pesquisa Industrial Anual) divulgada pelo IBGE.

• EMPREGO

A taxa de desocupação no Brasil ficou em 5,6% no trimestre encerrado em maio de 2026, praticamente estável em relação ao trimestre anterior (5,8%) e abaixo dos 6,2% registrados no mesmo período de 2025. O número de desocupados chegou a 6,1 milhões de pessoas, queda de 9,3% em 1 ano, enquanto a população ocupada atingiu 102,7 milhões. A taxa de subutilização da força de trabalho recuou para 13,3% e o rendimento médio real habitual ficou em R\$ 3.726, com alta de 4% na comparação anual, segundo a PNAD Contínua do IBGE.

• ECONOMIA

A aprovação da PEC que extingue a escala 6x1 pela Câmara dos Deputados poderá custar até R\$ 34,7 bilhões às prefeituras brasileiras. A proposta, que muda o regime de 6x1 para 5x2 e reduz a jornada semanal de 44 para 40 horas, aguarda análise do Senado. Do total estimado, R\$ 29,4 bilhões correspondem a despesas com pessoal, terceirização e organizações sociais, e R\$ 5,3 bilhões a custos adicionais em obras, segundo estudo da Finance Consultoria encomendado pela FNP (Frente Nacional dos Prefeitos).

• MAIORIDADE PENAL

79% dos brasileiros apoiam a redução da maioridade penal de 18 para 16 anos, enquanto 17% são contrários à proposta, aprovada pela CCJ da Câmara dos Deputados em junho. O percentual favorável é o menor da série histórica, iniciada em 2003, quando 84% concordavam com a mudança. Entre os que apoiam a redução, 61% defendem que ela deve valer para qualquer tipo de crime, enquanto 39% acreditam que deveria se restringir a crimes hediondos, segundo pesquisa do Datafolha.

Líder do governo no Senado é afastado do cargo após operação da PF



O senador Jaques Wagner (Foto: Cristiano Mariz/Agência O Globo)

A operação da Polícia Federal que atingiu o senador Jaques Wagner (PT-BA) levou o Palácio do Planalto a promover uma mudança na liderança do governo (responsável pela articulação política) no Senado. Investigado no âmbito do caso Banco Master, Wagner é suspeito de ter recebido vantagens indevidas do empresário Augusto Ferreira Lima, ex-sócio de Daniel Vercaro. O senador nega qualquer irregularidade e afirma que agora

concentrará seus esforços na própria defesa (e na sua reeleição, claro).

A decisão de deixar a liderança foi tomada em comum acordo com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, após reunião no Palácio da Alvorada. Embora tenha resistido inicialmente ao afastamento, Wagner acabou aceitando a saída diante do desgaste significativo provocado pela investigação. A avaliação no governo era de que sua permanência ampliaria a pressão sobre o Planalto em um momento em que o caso Banco Master já alcança alguns integrantes do núcleo político mais próximo do presidente. Wagner insistiu inicialmente, mas Lula não cedeu.

A substituição foi tratada como uma tentativa de limitar os danos eleitorais do episódio e impedir que a crise contaminasse a campanha de reeleição de Lula. A oposição já usa a investigação para associar Lula a Vercaro. O governo busca agora transmitir a mensagem de que a investigação será tratada como uma questão pessoal do senador.

Para ocupar a função, Lula escolheu a senadora Teresa Leitão (PT-PE). Professora de formação e em primeiro mandato no Senado, ela passa a ser responsável pela coordenação da base governista na Casa e pela negociação das principais pautas de interesse do Executivo, entre elas a PEC da Segurança Pública, Terras Raras e a proposta que extingue a escala 6x1, todas as três travadas por falta de acordo com o presidente Davi Alcolumbre (União-AP).



TENDÊNCIA: Ainda que a troca de Wagner contenha parte da crise, a associação ao Master continuará sendo feita pela oposição e continuará como uma pedra no sapato da campanha eleitoral.

Michelle e Flávio Bolsonaro entram em rota pública de colisão



Michelle Bolsonaro (Foto: Reprodução)

O desentendimento entre Michelle Bolsonaro e o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) deixou de ser uma intriga restrita à família e ganhou dimensão nacional nesta última semana. Em um vídeo publicado nas redes sociais, a ex-primeira-dama afirmou ter sido desrespeitada pelo senador durante discussões sobre a estratégia do partido no Ceará. Segundo Michelle, Flávio disse que ela “não entendia de política”, que havia “chegado ontem” e que deveria permanecer fora das decisões partidárias. Ela respondeu dizendo ter recebido uma “punhalada pelas costas” e afirmou que sua atuação no estado seguia orientação direta de Jair Bolsonaro, que, segundo ela, tinha conhecimento de toda a situação.

O conflito tem origem na resistência de Michelle a uma aproximação do PL com Ciro Gomes (PSDB) no Ceará, movimento apoiado por parte da direção local do partido. O PL local, com apoio de Flávio e do PL nacional, apoia a pré-candidatura de Ciro para o governo do Estado, pensando em unir forças para derrotar o PT. A divergência acabou expondo uma disputa não apenas pela decisão local, mas algo mais amplo, pois envolve a condução do bolsonarismo e do espaço ocupado por Michelle dentro do diretório nacional.

Agora, aliados tentam recompor o papel de Michelle na pré-campanha presidencial do senador,

pois nos últimos meses ela vinha sendo tratada como uma das principais responsáveis por ampliar o diálogo da candidatura com mulheres e evangélicos, segmentos nos quais apresenta desempenho político superior ao do senador.

A repercussão levou Valdemar Costa Neto, presidente do PL, a antecipar seu retorno ao Brasil para reunir Michelle e Flávio em busca de uma reconciliação. Após o episódio, o senador pediu desculpas caso tenha ofendido a madrastra e reiterou que todas as decisões da pré-campanha seguem o aval de Jair Bolsonaro. Michelle afirmou que não guarda ressentimentos, mas a crise revelou que a sucessão do ex-presidente continua produzindo disputas internas justamente quando o PL tenta consolidar uma imagem de unidade para a eleição de 2026.



TENDÊNCIA: O desgaste, uma vez tornado público, gera prejuízos eleitorais (ainda que pequenos) à pré-campanha de Flávio e demonstra falta de unidade no entorno dos Bolsonaro. A crise vem em um momento em que o necessário é exatamente o oposto, mostrar união, coesão e força para encerrar Lula nas urnas daqui poucos meses.

Gilmar Mendes ataca Mendonça em programa ao vivo, cavando anulação do Master



Gilmar Mendes, ministro do STF (Foto: Divulgação/TV Cultura)

As críticas do ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes à condução do caso Banco Master elevaram o tom do confronto interno na Corte. Em entrevista ao Roda Viva, realizada nesta semana, o decano afirmou, entre outras falas direcionadas, que o relator André Mendonça cometeu um “erro crasso” ao revelar ter sido procurado por advogados de Daniel Vorcaro para tratar de uma possível colaboração premiada, sustentando que esse tipo de negociação jamais deveria envolver diretamente o magistrado. Gilmar também voltou (como faz frequentemente) a comparar aspectos da investigação aos métodos empregados na Operação Lava Jato, citando “vazamentos seletivos”, divulgação de provas às vésperas de julgamentos e medidas cautelares contra familiares de investigados.

As declarações provocaram reação entre interlocutores de André Mendonça. Nos bastidores do Supremo, a avaliação é de que Gilmar tenta enfraquecer a credibilidade da investigação e criar um ambiente favorável para futuros pedidos de nulidade dos atos processuais. Ao levantar publicamente dúvidas sobre a forma como o caso vem sendo conduzido, abre espaço para que as futuras defesas sustentem alegações de suspeição, parcialidade ou outras irregularidades caso haja denúncias ou condenações. A estratégia lembra a linha argumentativa adotada por Gilmar em processos da Lava Jato, nos quais críticas reiteradas à atuação de magistrados e procuradores acabaram incorporadas pelas defesas e, anos depois, acolhidas pelo próprio Supremo em diversos julgamentos.

Há, contudo, um aspecto relevante apontado por outros ministros e especialistas. Até o momento, não foram identificados indícios de que Mendonça tenha cometido erros, como orientação à acusação ou

participação direta na produção de provas. A divulgação de que advogados buscaram audiência com o relator, embora considerada inadequada por Gilmar, dificilmente seria suficiente, por si só, para caracterizar quebra de imparcialidade, até mesmo porque a proposta foi rejeitada de imediato por Mendonça. Por essa razão, a avaliação predominante é que uma eventual tentativa de anular a investigação enfrentaria obstáculos jurídicos muito maiores do que aqueles verificados nos processos da Lava Jato.

E como em todo grande caso que exponha o STF, voltou à tona o debate sobre os limites da atuação pública de ministros do STF. Especialistas ouvidos pela imprensa afirmam que críticas dirigidas nominalmente a colegas e a processos em andamento podem colidir com os deveres de discrição e reserva previstos na Lei Orgânica da Magistratura. Ainda que não exista consenso sobre eventual infração disciplinar, a troca pública de acusações expôs um nível incomum de tensão dentro da Corte justamente em uma das investigações de maior repercussão política dos últimos anos.

Independentemente do desfecho jurídico do caso, o embate criado já mostra que a investigação do Banco Master nunca foi apenas um processo criminal de grande repercussão. Ela passou a concentrar também uma disputa aberta entre ministros do Supremo sobre seus interesses privados, os limites da atuação judicial, o alcance das garantias processuais e a própria condução de investigações envolvendo agentes com elevada influência política (e econômica).



TENDÊNCIA: Essa discussão deve acompanhar o processo nas próximas fases e continuar sendo utilizada pelas partes como elemento central da estratégia jurídica. No STF, o embate entre Gilmar, que não faz questão de esconder as guerras que adota, e Mendonça, está longe de acabar.

Escala 6x1: Senado fará debates e CUT convoca manifestação



Plenário do Senado (Foto: Carlos Moura/Agência Senado)

O Senado realizará, nesta quarta-feira, 1º, uma sessão de debates temáticos para discutir os impactos econômicos, sociais e produtivos da proposta de redução da escala e da jornada de trabalho, aprovada pela Câmara no fim de maio. O encontro deve reunir parlamentares, representantes de trabalhadores, empresários, especialistas e gestores públicos, em uma tentativa de ampliar o debate antes do início efetivo da tramitação da matéria.

Há um momento de indefinição dentro da Casa. Embora a PEC tenha sido encaminhada ao Senado há algumas semanas, o texto ainda não recebeu despacho da Presidência, não teve relator designado e sequer foi distribuído às comissões. A demora passou a ser alvo de críticas de defensores da proposta, que atribuem ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), a decisão de manter o tema fora da pauta enquanto busca construir acordos com o Planalto.

Na véspera da sessão, centrais sindicais e movimentos sociais pretendem aumentar a pressão sobre os senadores. CUT, Fórum das Centrais, Frentes Brasil Popular e Povo sem Medo e o movimento Vida Além do Trabalho convocaram um Dia Nacional de Mobilização para 30 de junho, com atos em diversas capitais. A ideia é demonstrar apoio popular à proposta e pressionar o Senado a iniciar sua tramitação sem novos adiamentos.

Enquanto entidades sindicais defendem que a redução da jornada representa um avanço nas condições de trabalho e na qualidade de vida dos trabalhadores, representantes do setor produtivo seguem alertando para possíveis impactos sobre custos, produtividade e geração de empregos. A sessão da próxima semana será um primeiro teste da disposição do Senado em enfrentar um dos debates mais sensíveis da agenda trabalhista de 2026.

Lula bate o martelo na chapa em São Paulo

O presidente Lula encerrou a principal disputa interna da base aliada em São Paulo e sacramentou a composição da chapa que tentará vencer o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) no Palácio dos Bandeirantes. Após uma reunião no Palácio da Alvorada, Márcio França (PSB) aceitou abrir mão de uma possível candidatura própria e será o vice de Fernando Haddad (PT). O anúncio encerrou semanas de impasse, durante as quais França resistiu à composição por defender uma candidatura sua ao governo ou ao Senado.

A negociação foi conduzida pessoalmente por Lula, com participação do vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) e das direções nacionais dos dois partidos. A avaliação do Planalto é que França agrega à chapa um perfil mais competitivo no interior e na Baixada Santista, regiões onde Haddad tradicionalmente enfrenta maiores dificuldades eleitorais. Além disso, aliados do petista consideram que o ex-governador poderá assumir uma postura mais combativa contra Tarcísio de Freitas durante a campanha, equilibrando o perfil mais técnico de Haddad.

A definição da vice abriu caminho para a composição das candidaturas ao Senado. Simone Tebet, recém-filiada ao PSB, e Marina Silva, da Rede, disputarão as duas vagas da coligação em São Paulo. A escolha também atende a um cálculo nacional, que é fortalecer o palanque de Lula no maior colégio eleitoral do país e ampliar a presença de nomes com perfis distintos, capazes de dialogar com segmentos moderados, ambientalistas e parte do eleitorado de centro. Além, claro, do eleitorado de esquerda.

Com a chapa finalmente definida, o PT encerra uma das negociações mais delicadas da pré-campanha. Para Lula, o objetivo não é apenas tentar derrotar Tarcísio em São Paulo, mas principalmente o de garantir um palanque robusto em um estado decisivo para a disputa presidencial. Haddad foi, praticamente, jogado aos lobos, numa disputa que dificilmente terá outro resultado que não seja a vitória de Tarcísio. A construção da aliança evidencia que, para o Planalto, a eleição paulista terá peso muito além da questão do estado, mas será tratada como uma das prioridades estratégicas da campanha nacional.



TENDÊNCIA: Mesmo que para perder, Haddad possui a missão de fornecer um palanque forte para Lula no estado. A composição com França, do PSB, abre espaço para as duas ex-ministras de Lula disputarem o senado, em cenário que são competitivas.

Gilmar, Dino, Moraes e Zanin apresentam voto para liberar penduricalhos



Flávio Dino, Alexandre de Moraes e Gilmar Mendes, ministros do STF (Foto: Antonio Augusto/STF)

4 dos Ministros do Supremo Tribunal Federal apresentaram voto conjunto para flexibilizar parte das restrições impostas em março ao pagamento de penduricalhos a magistrados e integrantes do Ministério Público. A nova posição, assinada por Alexandre de Moraes, Flávio Dino, Cristiano Zanin e Gilmar Mendes, autoriza a retomada de benefícios que haviam sido barrados ou ficaram em zona de disputa após a tese sobre supersalários. Na prática, o voto reduz o alcance da decisão anterior do próprio STF e protege pagamentos acima do subsídio básico.

Entre as verbas admitidas estão férias não usufruídas, plantões judiciais não compensados, licença-prêmio e valores retroativos já reconhecidos antes da definição do Supremo. Os ministros também defenderam a aplicação imediata do adicional por tempo de serviço, conhecido como quinquênio, sem necessidade de requerimento individual. A verba poderá alcançar magistrados e membros do Ministério Público ativos, aposentados e pensionistas que preencham os requisitos.

O voto mantém a regra de que parte dessas parcelas deve respeitar o limite de 35% sobre o subsídio, mas a interpretação preserva pagamentos expressi-

vos em carreiras que já estão no topo remuneratório do serviço público. O auxílio-saúde foi reconhecido como verba não sujeita ao teto, enquanto auxílios como alimentação e creche ficaram fora da autorização. Também foi mantida a gratificação por exercício cumulativo de jurisdição, paga quando o magistrado atua em mais de uma unidade.

O ponto mais sensível está nos retroativos. Pela proposta, a Corregedoria Nacional de Justiça deverá apresentar em até 30 dias a relação das verbas anteriores cuja legalidade tenha sido verificada. A retomada desses passivos dependerá de auditoria, identificação formal, controle de regularidade e posterior referendo do plenário do STF. Ainda assim, o movimento recoloca pressão sobre o debate dos supersalários e mostra a dificuldade do próprio Supremo em fixar um limite definitivo para remunerações que, há anos, escapam do teto constitucional por meio de rubricas indenizatórias.

Agenda da semana no Congresso



Congresso Nacional (Foto: Reprodução)

A próxima semana em Brasília será marcada por uma agenda mais movimentada do que as últimas semanas no Congresso Nacional. Na Câmara dos Deputados, o Plenário terá sessões solenes em homenagem ao centenário da Universidade Federal de Viçosa (UFV), aos 35 anos da Abrafarma, à organização TouchPeace, ao Dia das Micro, Pequenas e Médias Empresas, aos 80 anos de atuação do Serviço Social da Indústria (Sesi) e aos 90 anos de fundação do IBGE. Até o fechamento desta edição, não havia previsão de votação de matérias de grande impacto no Plenário, pois a reunião de líderes para definir novas matérias ocorrerá na terça, 30.

No Senado Federal, o principal destaque será a sessão de debates temáticos marcada para quarta-feira, 1, destinada à discussão da PEC nº 221/2019, que reduz a jornada semanal de trabalho e prevê o fim da escala 6x1. O debate reunirá parlamentares, representantes do setor produtivo, entidades sindicais e especialistas para discutir os impactos econômicos, sociais e trabalhistas da proposta, que ainda aguarda o início formal de sua tramitação na Casa.

Também na terça-feira, 30, o Senado realizará sessão especial em comemoração aos 75 anos da Escola Nacional da Magistratura. Embora de caráter comemorativo, o evento deve reunir ministros, magistrados e autoridades do sistema de Justiça em um momento de forte debate institucional envolvendo o Poder Judiciário.

Além da audiência no Senado sobre a PEC da jornada de trabalho, que concentrará as atenções da semana, centrais sindicais e movimentos sociais convocaram mobilizações nacionais para pressionar os senadores a acelerar a análise da proposta, enquanto representantes do setor empresarial continuam defendendo maior cautela na tramitação e estudos de impacto antes de qualquer deliberação.

Em destaque no Ranking

• LIVE DO RADAR

Na última quinta-feira (25), o **Ranking dos Políticos** realizou mais uma edição da **Live Radar Político**, com o tema "Como vai a economia brasileira?". A transmissão foi conduzida pelo diretor de Operações, Luan Sperandio, e contou com a participação dos economistas Arilton Teixeira, economista-chefe da Apex Partners, e Gustavo Sung, economista-chefe da Suno Research. [Clique aqui e confira a entrevista na íntegra!](#)

• ÍNDICE DE LIBERDADE ECONÔMICA 2025

O **Ranking dos Políticos** lançou o Índice Legislativo de Liberdade Econômica 2025, estudo que analisa o impacto da produção legislativa federal sobre o ambiente econômico brasileiro. Desenvolvido em parceria com o Centro Mackenzie de Liberdade Econômica e com apoio do Fé & Trabalho, o levantamento avaliou 1.650 proposições legislativas por meio de uma metodologia baseada no índice do Fraser Institute e identificou que 55,3% das matérias analisadas restringem a liberdade econômica em ao menos uma de suas dimensões. O estudo completo está disponível no site do **Ranking dos Políticos**. [Clique aqui e confira!](#)

• O BRASIL PODE DAR CERTO!

O **Ranking** lançou o livro O Brasil pode dar certo durante o **Excelência Parlamentar 2026**, realizado em Brasília no dia 27 de maio. Na ocasião, entregamos exemplares do livro a todos os mais de 60 parlamentares premiados presentes no evento, ampliando a circulação institucional da publicação junto a lideranças relevantes do Congresso Nacional. O livro já está disponível no site do **Ranking dos Políticos**. [Clique aqui para acessar!](#)

PARLAMENTAR DA SEMANA



Deputado Mendonça Filho (PL-PE)

Mendonça Filho nasceu em Recife (PE) e é formado em Administração pela UPE, com estudos em Gestão Pública pela Universidade de Harvard. Iniciou sua trajetória política como deputado estadual constituinte em Pernambuco. Foi vice-governador, governador de Pernambuco, deputado federal por quatro mandatos e Ministro da Educação, quando coordenou a Reforma do Ensino Médio e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Em 2022, foi eleito deputado federal pelo União Brasil e atualmente exerce a vice-liderança da oposição na Câmara.

Mendonça Filho recebeu o **Prêmio Excelência Parlamentar** em todos os anos da 57ª Legislatura (2023-2026) pelo **Ranking dos Políticos**.



Desde 2011 o Ranking dos Políticos tem como propósito trazer transparência para o desempenho e performance dos representantes no Congresso Nacional, de forma apartidária e independente.

Nosso levantamento leva em consideração os pilares **eficiência da máquina pública, melhoria do ambiente de negócios e combate à corrupção**.

Nossa área de inteligência promove ainda pesquisas e estudos com a finalidade de promover a educação cívica dos brasileiros, como o Radar Político.

Equipe técnica:

-  Juan Carlos
-  Danylo Shimano
-  Luan Sperandio
-  Daniel Galvêas
-  Gabriel Jubran
-  Victor Ribeiro

Projeto Gráfico:

-  Tamyres Meyer

Diagramação:

-  Giancarlo Mendes

Ajude a garantir a sustentabilidade do maior projeto de melhoria do Congresso Nacional brasileiro.



FAÇA UMA DOAÇÃO!

Associação Voto Real / CNPJ 15.747.906/0001-41
BTG Pactual - Agência 0050 c/c 00489493-6
apoia.se/rankingdospoliticos

www.ranking.org.br



contato@ranking.org.br

Setor de Autarquias Sul Q. 4 Bloco A
Edifício Victoria Office Tower, 602
6º andar, Sala 18, Asa Sul, Brasília - DF
CEP: 70070-938

Mantenedores:

DMOC



AUDIGER
AUDITORES INDEPENDENTES S/S

values
NEWS INTELLIGENCE

PRIVATE
ECONOMIA & SOLUÇÕES

HSi
INVESTIMENTOS

JUDIT